

FAVELAS CARIOCAS: FENÔMENO, CATEGORIA E INTERVENÇÕES DO ESTADO SOBRE O ESPAÇO URBANO

Kamir F. Gemal

Estudante de graduação em Geografia do IGEOG, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Pesquisador de Iniciação Científica do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Geografia Econômica - NEPGE¹
kamirgemal@gmail.com

RESUMO:

O trabalho aborda as variadas dinâmicas particulares relacionadas ao Estado no que tange à origem de favelas nas diferentes áreas da cidade do Rio de Janeiro em que este fenômeno ocorreu. Também será abordada a razão geral de sua existência: a crise habitacional. A análise perpassa, em um primeiro momento, pelo entendimento da ação indireta do poder público no século XIX e depois, no século XX, pela compreensão da ação direta nos períodos de reforma urbana – sobretudo com Pereira Passos – até o populismo de Vargas, que inaugura fase de maior aceitação da favela no urbano carioca e se encerra em 1964 com o Golpe Militar.

Palavras-chave: Rio de Janeiro, favelas, gênese

GT – 8: Geografia histórica urbana

1. INTRODUÇÃO

O presente estudo está incluído em uma pesquisa mais abrangente, que procura analisar a produção do espaço através da trajetória, acertos e erros do Programa de Polícia Pacificadora da Secretaria de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro (2008). Para isso, buscamos localizá-lo no contexto histórico e espacial das intervenções nas favelas do Rio de Janeiro, para então compará-lo e diferenciá-lo de outras iniciativas e suas propostas anteriores.

Logo, antes, direcionamos os esforços para entender os fatores e dinâmicas atuantes no espaço urbano carioca, que vieram a produzir primeiramente o fenômeno, particular, e, depois, a categoria espacial, geral, entendida como favela.

Com este trabalho, no entanto, nos estenderemos até o fim do Período Democrático, demarcado pela instauração da Ditadura Militar, devido a limitações de forma de apresentação. A escolha do momento de interrupção foi por razão de drástica alteração do paradigma político e das

¹ Orientação por Prof^a Dra. Regina Tunes.

intervenções sobre o espaço urbano. Também, buscamos analisar a sucessão de intervenções e omissões do Estado sobre os espaços de pobreza urbana carioca antigos e, agora, sobre esses (favelas) que se consolidam – futuramente, até o momento em que se instalam as Unidades de Polícia Pacificadora, as UPPs.

Esperamos assim, com este trabalho, desenvolver entendimento das dinâmicas e atuações, diretas e indiretas do Estado e dos setores do capital inseridos no urbano – bem como suas negligências – que vieram a produzir o que entendemos como favela.

O texto se organiza em três periodizações, sendo a última dividida em duas seções para melhor tratar a distribuição espacial do fenômeno das favelas na cidade, constituindo, então, quatro seções distintas. A primeira seção abarca as bases das dinâmicas urbanas que vieram definir o espaço do Rio de Janeiro como estratificado e segregado, do século XIX até as primeiras décadas da segunda metade do mesmo século. Na segunda seção analisaremos as ações, os discursos de legitimação e os respaldos legais utilizados nos processos de remoções e reestruturação da cidade, de 1875 a 1930, que projetariam sobre os morros as habitações populares demolidas no centro. A terceira tratará das particularidades da ocupação das encostas na zona sul e no subúrbio do então Distrito Federal. E, por fim, a quarta e última parte se ocupa das mudanças político-econômicas refletidas no espaço urbano com o populismo de Vargas, principalmente no que tange a abordagem do “problema” favela.

2. ESTRATIFICAÇÃO INICIAL DO ESPAÇO URBANO E O APERTO NOS CORTIÇOS

No Rio de Janeiro do século XIX, a busca pela sobrevivência se traduz na aglomeração de trabalhadores no centro da cidade, onde diariamente buscam trabalho. É neste momento e local em que começamos o resgate do surgimento e consolidação das favelas. Neste período histórico abordado da cidade, a presença de transportes coletivos ainda não era realidade. Também, ainda não eram existentes na capital do país os meios de comunicação que hoje usufruímos. Certamente, esses fatores impunham a necessidade de proximidade de prédios administrativos, postos comerciais, e, conseqüentemente, trabalho e moradia. A cidade e a infraestrutura que a mesma apresentava obrigavam então que o espaço urbano do centro² fosse compartilhado tanto pela elite

² O Rio de Janeiro do século XIX tinha a forma urbana limitada às freguesias (divisões administrativas da época) da Candelária, São José, Sacramento, Santa Rita e Santana – esta área compreendia a porção mais a leste do atual bairro de Santo Cristo, o Centro, até o Campo de Santana (Campo de Santa Anna), com tímida ocupação em direção ao bairro da Glória e do Catete. Excluindo-se as áreas sumariamente correspondentes ao que se denomina como as regiões administrativas do Centro e Portuária, a tônica da ocupação era rural, seja por fazendas ou por chácaras da pequena parcela rica da população (ABREU, 1987, p. 37).

econômica e político-administrativa, quanto pela população trabalhadora – na época, deve-se dizer, majoritariamente escrava.

O paradigma urbano era regido pela dualidade conjugada entre a necessidade de buscar emprego diariamente pela classe trabalhadora e a de diferenciação da elite, não pela localização, mas até então através da estética arquitetônica e de seu viver cotidiano. Enquanto as classes de alta renda da cidade moravam preferencialmente em casarões arejados no centro da cidade e dispunham de chácaras mais afastadas da cidade, a classe trabalhadora se limitava a vida apertada em habitações precárias denominadas cortiços³ (ABREU, 1987, p. 35). Espremida pela presença de mangues a oeste da cidade⁴ e restrita pelo baixo poder de mobilidade urbana, a população pobre não tinha opção senão intensificar sua ocupação no centro com cortiços:

Os vestígios desse tipo de ocupação são visíveis até hoje nas áreas que conseguiram sobreviver às cirurgias urbanas. São prédios estreitos e muito profundos, “onde a iluminação é feita através de claraboias e áreas internas, sempre de frente da rua e colados uns aos outros”, em tudo revelando a preocupação de aproveitar intensamente o espaço próximo ao centro, numa época em que, devido à inexistência de transportes coletivos rápidos, a cidade praticamente andava a pé. (*Ibid*, p. 41)

O afastamento do centro só era realidade para aqueles que podiam arcar com os altos custos de transporte⁵, se instalando ao sul da cidade na então criada freguesia da Glória⁶ e a oeste do centro na freguesia do Engenho Velho, atual São Cristóvão, que, apesar de ter seu entorno alagado, possuía alto valor devido ao fato de ser residência da família real.

Já a partir da metade do século XIX, após sucessivos aterros das áreas alagadas a oeste da área central ocupada, novos terrenos se disponibilizaram para ocupação. As áreas próximas da atual Lapa, Cidade Nova, Catumbi e Rio Comprido foram rapidamente ocupadas, majoritariamente por cortiços. Assim surge a freguesia do Espírito Santo, que ultrapassou em menos de duas décadas a população de freguesias urbanas e rurais criadas desde o início do século (*Ibid*, p. 41) – o que ratifica a intensidade do processo de adensamento urbano nas habitações populares. Enquanto isso, o deslocamento de residências rumo às periferias se mantinha impossível para maioria da população.

Nas décadas de 1850 e 1860 a cidade vive grande proliferação destes prédios de habitação coletiva, principalmente devido ao grande fluxo migratório de portugueses. Os imigrantes somam-

³ Habitação popular, precária e insalubre, cujas representações se assemelham às das espacializações da população pobre em cidades industriais europeias (VALLADARES, 2005, p. 24).

⁴ Atual área da Cidade Nova, Estácio e arredores.

⁵ Por gôndolas e diligências: modalidades de transporte de tração animal utilizado para circulação pela elite.

⁶ Pouco a pouco, as fazendas localizadas em freguesias próximas ao centro foram subdivididas em chácaras para proveito da elite carioca. Assim, ainda antes do final da terceira década do século em função de acelerada ocupação foi criada a freguesia da Glória que englobava os bairros de Laranjeiras, Catete e Glória (ABREU, 1987, p. 41).

se nos cortiços à população de escravos que tinha autorização de seus senhores para “viver sobre si”⁷ e à quantidade cada vez maior de escravos urbanos alforriados (CHALHOUB, 1996, p. 26). Neste momento já há acentuação da contradição espacial mediada pelo valor de moradias no centro urbano, a necessidade de proximidade ao trabalho e a falta de mobilidade que impede transposição desta população mais pobre para outras localidades – como tanto desejava a elite, quanto pressionavam os valores do mercado imobiliário. A precarização das moradias da classe trabalhadora, que se deu na forma de cortiços e casas de cômodo, é a materialização no espaço urbano da sociedade de classes no momento.

Após 1870, se inicia outro momento de crescimento da cidade. O Rio de Janeiro, também sujeito a forças do mercado atuantes sobre seu espaço, não foi excluído da intensificação do processo de estratificação urbana. A instalação de meios de transporte possibilitou a separação e transposição de populações para áreas mais afastadas enquanto o trabalho ainda se manteve majoritariamente localizado nas áreas centrais (ABREU, 1987, p. 43).

Para além das novas tecnologias inseridas no urbano que eliminavam o impedimento técnico da segregação espacial, é necessário lembrar também que é neste período que ocorre colapso do sistema escravagista no Brasil. Isto significa que o processo de maior distanciamento entre elite e força de trabalho, agora assalariada, elimina outro impedimento deste processo de estratificação espacial: a dependência de proximidade espacial para controle e reprodução da força de trabalho (CHALHOUB, 1996, p. 27).

Ademais, este momento tanto marca a substancial abertura da cidade ao capital internacional como garante maior velocidade à expansão da cidade no sentido oeste, norte e sul. A partir daqui, o binômio bonde-loteamento se configura como um dos principais aspectos da dinâmica urbana da zona sul e de alguns bairros da zona norte como os pertencentes a Grande Tijuca – é a primeira aparição da expansão urbana como função de investimento de capital privado, que se mostrou muito bem sucedida na zona sul⁸ (ABREU, 1987, p. 44, 48). Por outro lado, os trens instalados do centro às periferias mais distantes ao norte e oeste – majoritariamente como infraestrutura necessária para escoamento produtivo – acabaram por garantir à população mais pobre acesso a terras pouco valorizadas afastadas do centro, agora acessíveis. Áreas a partir daí

⁷ Os cortiços, nesse sentido, representavam também grande importância para os escravos ainda não libertos – este distanciamento espacial e a independência na garantia de sua sobrevivência eram grandes passos rumo a liberdade. Este argumento era inclusive usado por escravos em negociação de suas alforrias (CHALHOUB, 1996, p. 27-28)

⁸ Por vezes, o loteamento e a instalação dos carros sob trilhos eram feitos em consórcios entre companhias de bonde e empresas imobiliárias, ou mesmo por uma única empresa, retendo maior controle sobre o processo de expansão e alcançando lucros ainda maiores com a valorização dos terrenos que seriam atendidos por linhas do transporte da elite.

atendidas por ramais ferroviários de passageiros se tornaram subúrbios, ainda em grande parte dependentes das atividades econômicas do centro da cidade – essa dependência é expressa no fluxo de passageiros das composições, que, ao final do século XIX, já transportavam anualmente quase 30 milhões de pessoas (SANTOS, 1934, p. 483), o que já criava nos horários de pico o conhecido desconforto por insuficiência de capacidade do transporte (*Ibid*, p. 314).

Claro, não de forma única e homogênea, este novo momento se nota na dualidade da realidade trazida pelas duas modalidades instaladas na cidade – bondes para centralidade e trens para periferia. Assim, para Maurício de Abreu (1987), estas modalidades de transporte coletivo, que em si carregam contradições da cidade estratificada, não incluíram premissas urbanas diferentes. Na verdade, apenas permitiram a materialização espacial das que já eram parte da realidade:

É que trem, bondes e, mais tarde, ônibus (e os sistemas viários correspondentes) só vieram “coisificar” um sistema urbano preexistente, ou pelo menos um sistema de organização do espaço urbano, cujas premissas já estavam prontas em termos de representação ideológica do espaço e que apenas esperavam os meios de concretização. Em outras palavras, o bonde fez a zona sul, por que as razões de ocupação seletiva da área já eram “realidade” ... Já o trem veio a responder a uma necessidade de localização de pessoas de baixa renda e de atividades menos nobres (indústrias, por exemplo). (ABREU, 1987, p. 44)

Em se tratando da espacialização da população pobre na cidade, também se percebeu a cristalização da tendência que se mantém até hoje. O centro, ainda local de moradias precárias, com altíssima densidade de ocupação por famílias de baixa renda, deixa de ser a única alternativa. Com os trens, a dispersão espacial que antes era realidade apenas para os mais ricos torna-se acessível aos que não dispunham das mesmas condições. A diferença, porém, está na motivação – enquanto para os primeiros era o desejo de se afastar da pobreza e gozar dos luxos e da vida beira mar, para o outros era a necessidade de sustento mediante redução de custo.

Ainda que com a possibilidade de deslocamento para a população mais pobre, a questão da falta de disponibilidade de moradias se mantinha latente no centro da cidade. De tal forma, por falta recursos para arcar com aluguéis que aumentavam devido à restrita oferta, a ocupação de encostas começa a se anunciar timidamente. Com ainda maior grau de precariedade nas construções, feitas de tábuas de madeira, cobertas por placas zinco, latas e outras embalagens (VALLADARES, 2005, p. 27; AGACHE, 1930, p. 189), a população se instala nos morros por contemplarem sua busca por solo desocupado e que pouco lhes custasse. Ainda garantindo proximidade ao trabalho na área central, o espaço dos morros – não agregado formalmente a malha urbana – estava à disposição.

3. O DISCURSO HIGIENISTA E AS CIRURGIAS URBANAS: OS CORTIÇOS SOBEM AS ENCOSTAS

Várias eram as melhorias sugeridas em relatórios e pareceres oficiais desde 1875 para solução de problemas da área central da cidade. Entretanto, para além das rápidas mudanças que ocorriam na zona sul guiadas pelo capital privado, pouco foi feito com relação ao estado em que se encontrava o centro e à crítica questão de falta de moradia popular. O clamor por embelezamento e racionalização do espaço urbano (da elite, de alto valor e grande interesse para o capital imobiliário) aliado ao discurso médico-higienista trouxe novos conflitos quando se encontrou com a realidade de adensamento de famílias em cortiços produzida pelas dinâmicas anteriores⁹ (ABREU, 1987, p. 50).

Gradativamente, o discurso de engenheiros e médicos, que muito participavam da gestão da cidade na época, passou a enfatizar a expropriação e demolição destas moradias, e remoção da população para áreas onde seriam construídas casas individuais com melhores condições sanitárias. Estas moradias seriam atendidas por transporte coletivo, pois era o acesso facilitado aos postos de trabalho o fator que mais incentivava a permanência no centro.

No entanto, ainda que estes relatórios oficiais conferissem certo entendimento da problemática e apresentassem um conjunto de recomendações, apenas remoções foram levadas a cabo. Uma guerra aos cortiços começou com a administração do Prefeito Barata Ribeiro¹⁰, culminando em janeiro de 1893 com a demolição do Cabeça de Porco¹¹ – cortiço famoso por seu tamanho e resistência às remoções –

[...] para cuja destruição foi necessário planejar todo um esquema policial-militar. Começava aí um processo de intervenção direta do Estado sobre a área central da cidade, que viria a se intensificar sobremaneira a partir do início do século, e que seria responsável pelo aumento da estratificação social do espaço carioca. (*Ibid*, p. 50)

A importância da demolição deste cortiço vai além do contingente de pessoas deixadas sem moradia ou amparo. A súbita intervenção e uso de força odiosa do Estado, acompanhada da “aclamação da imprensa, com suas metáforas de guerra e de masculinidade, e seu regozijo na eliminação de um ‘outro’ tão unanimemente indesejado” representam um marco para a “forma de conceber a gestão das diferenças sociais na cidade” (CHALHOUB, 1996, p. 19).

⁹ Como a necessidade de proximidade da classe trabalhadora de seus trabalhos. A área ocupada hoje pelo centro da cidade do Rio de Janeiro abrigava as atividades manufatureiras de maior importância, além de trapiches, estaleiros e casas de café (LOBO, 1978, p. 238).

¹⁰ O primeiro a assumir o cargo, cuja criação ocorreu em 1892. Até esta data a Câmara Municipal era o órgão máximo do executivo na cidade.

¹¹ O cortiço localizava-se na rua Barão de São Felix, nº 154, no bairro da Gamboa. Dizia-se que o cortiço chegara a abrigar 4 mil pessoas – fontes variam de 400 a 2 mil para a quantidade de habitantes no dia da demolição (CHALHOUB, 1996, p. 15). Ainda hoje nos arredores é possível encontrar muitas construções da época.

Este marco representa também o fenômeno de associação entre a ideia de “classe pobre” com “classe perigosa”. Esta associação tem origem, segundo Chalhoub (1996), no avidez de parlamentares cariocas na leitura de autores estrangeiros como M. Carpenter, escritora inglesa, que constrói este conceito a partir da observação de indivíduos pobres que haviam escolhido “uma estratégia de sobrevivência que os colocava à margem da lei”, e M. Frégier, alto funcionário da polícia de Paris, que buscava detalhar e diferenciar os tipos “malfeitores” e acabou por fazer uma “ampla descrição das condições de vida dos pobres parisienses em geral”. Contudo, no Rio de Janeiro, a expressão ganha maior abrangência, conveniente para exterminar o “outro”, e acaba legitimada pela classe política e intelectual através da construção falha de um raciocínio que aqui se segue: [1] o bom cidadão tem gosto pelo trabalho e pelo hábito de poupar, o que se traduz em conforto – dessa forma, aquele que é pobre é suspeito de não ser bom trabalhador nem honesto cidadão, do contrário deixaria de ser pobre; [2] “os pobres carregam vícios, os vícios produzem malfeitores, os malfeitores são perigosos à sociedade; juntando os dois extremos da cadeia, temos a noção de que os pobres são, por definição, perigosos” – e também o que talvez seja ainda mais cruel: responsáveis por sua pobreza¹² (*Ibid*, p. 20-22). Estes comportamentos, a ociosidade, o vício e a malandragem, seriam passados de pais para filhos e o que se sucederia seria a manutenção deste modo de vida – caberia então ao poder público educar as crianças e remover esta população deste ambiente tão pernicioso (*Ibid*, p. 29). Esta, em breve resumo, seria a constituição do pensar ecológico determinista projetado sobre cortiços.

Definido como um verdadeiro “inferno social”, o cortiço carioca era visto como antro da vagabundagem e do crime, além de lugar propício às epidemias, constituindo ameaça à ordem social e moral. Percebido como espaço propagador da doença e do vício, era denunciado e condenado através do discurso médico e higienista, levando a adoção de medidas administrativas pelos governos da cidade. (VALLADARES, 2005, p. 24)

No momento de iminente abolição da escravidão, crescia a preocupação também com como se controlaria o trabalho quando o negro – e o pobre no geral – simplesmente não quer trabalhar. Afinal, a responsabilidade de garantir manutenção da produção que antes competia aos donos da força de trabalho, passa a ser do Estado (CHALHOUB, 1996, p. 25).

Porém, a preocupação da classe política que norteia as políticas do Estado que se desdobram a seguir não era apenas relacionada ao controle do trabalho e à repressão da criminalidade. É questão importante no debate da administração pública também o perigo de contágio oferecido pelas condições em que viviam os pobres – seguindo a “lógica” anteriormente

¹² O histórico de legitimação da escravidão se torna base para este semelhante pensar, agora sob novas faces: este é o referencial adotado para ação da polícia urbana brasileira. Todos os pobres se tornam suspeitos, mas, ainda, são os negros que se tornam sempre os suspeitos preferenciais, “até prova em contrário” (CHALHOUB, 1996, p. 23)

exposta, é pertinente que, da mesma forma, estes atores percebessem os pobres como responsáveis pela insalubridade de suas moradias. Segue-se ainda a estas elaborações, outra associação de conceitos. Começa-se a construir o elo na retórica do governo entre as ideias de progresso com a eliminação dos problemas de higiene pública – só assim se alcançaria o ideal europeu de “civilização” (*Ibid*, p. 29, 33). Há grande perigo nestas concepções: “tornava-se possível imaginar que haveria uma forma “científica” – isto é, “neutra”, supostamente acima dos interesses particulares e dos conflitos sociais em geral – de gestão dos problemas da cidade e das diferenças sociais nela existentes”. O direcionamento do projeto era, portanto, isentar a prática da administração pública do debate político e da história (*Ibid*, p. 35).

Logo, configura-se uma dualidade de fatores composta pela necessidade de reorganização social do trabalho frente abolição da escravidão e a necessidade de diferenciação do *modus vivendi* da elite na cidade. É dessa forma que surgem as demandas por reorganização espacial deste momento da história da cidade.

O deliberado uso de conceitos e discursos, e a subordinação do aparato jurídico com fim de legitimar a segregação espacial por classes no Rio de Janeiro sob prerrogativas médico-sanitárias é o que se chama de ideologia higienista. Certamente, a insalubridade das moradias era uma questão de saúde pública e bem deveria ser tratada. Porém, o que se considera como ideologia higienista é a subversão desta necessidade popular como razão para segregar. Este é o encaminhamento político a vai ser mantido durante os seguintes mandatos da prefeitura da cidade.

Para a demolição do infame prédio – o Cabeça de Porco, que ainda não havia sido esvaziado até a data de sua destruição –, reuniu-se no local com o prefeito Barata Ribeiro uma numerosa equipe de alto escalão da cidade – o engenheiro e o médico municipais, o fiscal da freguesia, o secretário da Inspeção Geral de Higiene, e ainda alguns outros políticos –, para além, claro, do contingente de policiais e oficiais do exército trazidos para garantir a execução de ordens. A demolição, no entanto, não foi executada por nenhum destes indivíduos. Carlos Sampaio e Vieira Souto, que hoje são nomes de ruas e avenidas da cidade, empresários da época, “providenciaram o comparecimento de outros quarenta operários da Empresa de Melhoramentos do Brasil, para auxiliarem no trabalho de demolição” (CHALHOUB, 1996, p. 16).

Lilian Fessler Vaz (VAZ, 1985) traz uma versão que difere um pouco das mais difundidas sobre o surgimento das favelas: os moradores do Cabeça de Porco sendo expulsos às pressas pelas paredes de sua moradia que não esperavam para cair, ali mesmo, recolhiam destroços para construir suas novas casas na encosta do Morro da Providência, **que já estava a ser ocupado**

anteriormente. Anos depois, em 1897, com a ocupação de soldados sob ordem de seus superiores vindos da Guerra de Canudos, o morro ganharia notoriedade como Morro da Favella. A notoriedade do Morro da Providência, tanto em sua associação a Canudos pelo topônimo “Favella” quanto pela caracterização como suposta primeira favela, se dá, segundo Valladares (VALLADARES, 2005, p. 28-36), pelas representações da época acerca da guerra, dos sertões e das ocupações precárias no centro do Rio. A pesquisadora atribui boa parte deste processo à obra de Euclides da Cunha *Os sertões*. Através do imaginário da sociedade, a obra traçou paralelos pela resistência, miséria e suposta ruralidade misturada com selvageria de ambos locais (Canudos e Morro da Providência), consolidando, assim, este mito de origem acerca do fenômeno favela – difundido e reforçado pela mídia da época.

Por mais notório que tenham sido estes eventos, o termo favela só viria a ser amplamente utilizada para categorização geral do fenômeno a partir de 1920, até então quase sempre associada a ocupação da Providência – a Favella. Para o poder público, porém, por ser vista como ilegal, provisória e não-vinculada a crise habitacional, não fazia sentido entender e estudar a favela – ela, na prática da administração municipal, não existia (ABREU, 1994, p. 34, 36).

No entanto, considera-se como primeiras as ocupações da Quinta do Caju, da Mangueira em Botafogo e da Serra Morena na Ilha do Governador – todas antecessoras à ocupação do Morro da Providência, mencionadas em relatórios de 1865 e 1881. Porém, não há indícios de que tenham ocorrido de forma ilegal, uma vez que eram populações de imigrantes rurais e estrangeiros¹³ – o que aponta para prévia permissão de estabelecimento nestas áreas. Posteriormente, em 1898, também com permissão de chefes militares, o Morro de Santo Antônio é ocupado por soldados de outro batalhão que retornava de Canudos (ABREU e VAZ, 1991).

A prévia ocupação das encostas se dá pelo fato de que a “guerra aos cortiços”, então principal fator de criação do movimento de subida às encostas somada à já existente crise habitacional, havia começado muito antes do caso do Cabeça de Porco. Os cortiços foram sujeitos a leis que impediam sua construção sob prerrogativa de que era necessário reduzir riscos de propagação de doenças e remover o vício da cidade desde antes do mandato de Barata Ribeiro¹⁴. Outra questão se apresenta no fato de proprietários de cortiços que recebiam ordens de interdição pelo desacordo com as normativas higiênicas, eram impedidos pelos órgãos municipais de fazer reformas para adequação aos padrões sanitários (CHALHOUB, 1996, p. 31-33).

¹³ Portugueses, italianos e espanhóis.

¹⁴ A indefinição do que é propriamente cortiço, ou critérios para sua diferenciação, foi outro mecanismo implantado para flexibilizar deliberadamente a abrangência da lei para outros prédios indesejados.

Este processo rapidamente eliminou inúmeros cortiços e deixou sem casa muitas famílias (VAZ, 1994, p. 585-586)¹⁵. Os “banidos” da cidade criaram movimento de êxodo para as encostas dos morros em fuga dos aluguéis (ABREU, 1994, p. 37). Em outras palavras, “a destruição de grande número de cortiços fez, pois, da favela, a única alternativa que restou a uma população pobre que precisava residir próximo ao local de emprego” (ABREU, 1987, p. 66) – estilo de vida urbano moderno, desejo da burguesia carioca, não condizia com a heterogeneidade social. Da mesma forma, o capital imobiliário precisava de solo livre para extrair renda, sobre essas áreas valorizadas e almeçadas pela elite – ainda houve tentativas de concessão de benefícios fiscais para empresas imobiliárias construírem moradias populares, porém essa iniciativa não surtiu efeito esperado e logo foi abandonada (CHALHOUB, 1996, p. 53).

A crise de habitação da cidade e o processo de estratificação assim se acentuavam¹⁶ e as contradições do espaço urbano carioca se tornavam mais críticas. As favelas passam então a ser realidade da área central da cidade e começam a se propagar também à zona sul – onde havia postos de trabalho para mão de obra pouco qualificada e, ou faltavam moradias no espaço formal da cidade, ou as que existiam eram inacessíveis para os que viessem a exercer tais atividades. A falta de políticas de ordenamento do espaço urbano e de garantia de moradia a classe trabalhadora fazendo aumentar a heterogeneidade social em espaços antes mais restritos acabou, ao que parece, por dar mais força aos discursos dominantes.

O processo iniciado por Barata Ribeiro toma volume com a gestão do engenheiro que assume a prefeitura da cidade de 1902 a 1906: Pereira Passos. É então que se iniciam as obras do período de maior transformação urbana que o Rio de Janeiro já sofreu. As reformas não eram simples melhorias do espaço urbano, pois representavam uma reestruturação de aspectos que propriamente definiam o Rio enquanto cidade colonial – “uma nova organização do espaço condizente com o novo momento de organização social” (ABREU, 1987, p. 59) que somente se concretizaria “mediante a eliminação de formas antigas e contraditórias ao novo momento [...] agora sobre novas bases econômicas e ideológicas, que não mais condiziam com a presença de pobres na área mais valorizada da cidade”. (*Ibid*, p. 63).

Para além de buscar resolver as contradições percebidas, visavam consolidar o Rio e sua importância no mundo enquanto capital do principal produtor de café do mundo – o Brasil, que se

¹⁵ Mesmo os prédios que resistiam a esses dois movimentos, ou eram eliminados pela renovação urbana que logo se daria, ou o mercado imobiliário dava conta de substituí-los por outras habitações.

¹⁶ No período de 1890 a 1906 a cidade apresentou aumento de mais de 34% na densidade de pessoas por moradia (RIBEIRO, 1996, p. 173)

pretendia anunciar como potência moderna para o mundo. Através tanto do simbólico e da estética da cidade, “que expressasse os valores e os *modi vivendi* cosmopolitas e modernos das elites econômica e política nacionais”, como da melhoria de sua infraestrutura portuária, que carecia de um porto devidamente moderno (*Ibid*, p. 60).

Um dos principais objetivos do plano de Pereira Passos era melhorar o tráfego da cidade. Para isso, além da retificação e alinhamento de ruas, projetaram-se vias de comunicação entre áreas da cidade. As artérias buscavam garantir melhor tráfego nos seguintes eixos: centro – zona sul; zona norte – zona sul; zona norte e subúrbios – centro; e, dentro do próprio centro, entre as zonas portuária, industrial e comercial (BENCHIMOL, 1953, p. 236, 239).

Era no centro da cidade, porém, que se concentravam as atenções do prefeito. Lá, na “Cidade Velha”, era onde coexistiam “realidades bem distintas e frequentemente em choque: as atividades do grande capital financeiro e comercial; toda a máquina política e administrativa do Estado; os locais de trabalho e moradia do proletariado e de parcelas da pequena burguesia.” A heterogeneidade de usos do espaço era precisamente o que se constituía como “traços coloniais” viriam a ser removidos sob prerrogativa de construção de uma cidade moderna. As “melhorias” compreendiam o arrasamento de tudo o que se percebia em desacordo com os padrões estéticos do “bom gosto” (*Ibid*, p. 240). Assim, reiteravam-se as tendências de liberação do solo urbano de alto valor nos processos de “modernização” urbana ocorridos anteriormente em Paris, com o barão de Haussmann (nome que viria a ser apelido de nosso prefeito da época), Londres, Berlim, Viena e outras mais cidades da Europa:

As contradições de interesses eram dissimuladas pelo confronto ‘aparente’ de gostos ou padrões arquitetônicos, pela manipulação de certas oposições ideológicas-chaves, tais como prédios estéticos e higiênicos x edificação de mau gosto e repugnante; cidade moderna e civilizada x cidade colonial e rotineira. (*Ibid*, p. 245)

Este conjunto de ações representam um momento novo do urbanismo do Distrito Federal. É a primeira vez que ocorre uma formulação estratégica e calculista, com escolha de alvos específicos para ação pública. Todo o planejamento, diferente do que ocorria anteriormente, se materializou em intervenções diretas sobre o espaço da cidade. Este processo se deu de forma ainda mais acelerada pois, durante os seis primeiros meses de governo, Passos teve autonomia de legislar por decretos¹⁷. De tal modo, suas ações tinham respaldo jurídico por ele mesmo fabricado. Também, os mesmos mecanismos que delimitavam sua atuação eram embasados em

¹⁷ O Conselho Municipal foi fechado durante este período por decreto promulgado no dia anterior a posse de Pereira Passos (BENCHIMOL, 1953, p. 268)

categorizações sem critérios claramente definidos que permitiam “ampla manobra ao prefeito” (*Ibid*, p. 246, 249).

Ou seja, para sua execução, principalmente das obras localizadas no centro, construções tiveram de ser demolidas e, a população que vivia nelas, removida. Assim, milhares de residências majoritariamente populares foram forçosamente retiradas, tanto pela prefeitura quanto pela União (ABREU, 1987, p. 67). Os efeitos da escassez de moradias não foram sentidos apenas pela população removida. O pequeno comércio e o artesanato presentes no centro que muito dependiam da “clientela operária” sofreram com o esvaziamento da classe trabalhadora e pobre do centro. Da mesma forma, “a ‘crise’ habitacional, envolvendo enorme aumento de aluguéis, superlotação de cômodos e a deterioração de suas condições higiênicas, foi potencializada e reposta em áreas deterioradas remanescentes no próprio centro da cidade e em suas imediações” (BENCHIMOL, 1953, p. 249)

O outro viés de atuação das reformas foi voltado para a preservação da Zona Sul à elite carioca – não somente para satisfazer esta, mas por dar continuidade aos investimentos das companhias construtoras, loteadoras e de transportes (*Ibid*, p. 236). A Lagoa Rodrigo de Freitas foi saneada e os bairros operários gradativamente removidos, levando às poucas indústrias que lá se localizavam a eventualmente encerrarem suas atividades¹⁸ (ABREU, 1987, p. 57). Este processo de remoção de trabalho e moradias populares da zona sul também se supõe fator importante de ocupação das encostas: com ainda menos renda, elimina-se a possibilidade de pagamento de impostos e aluguéis. Dessa forma, a ocupação irregular de morros é a mais viável das soluções conjunturalmente: não há imposto, não há aluguel, e, ainda assim, é possível manter-se próximo à possibilidade de trabalho.

O beneficiamento e especulação sobre o espaço urbano da zona sul se manteve, o centro foi palco de inúmeras remoções¹⁹ e a cidade se transformou. A esmo, porém, ficaram as famílias pobres que ou se mudaram para outras localidades pagando aluguéis mais altos, ou para mais longe do trabalho nos subúrbios, ou, ainda, tiveram as condições de vida tanto mais precarizadas por compartilharem moradia com número maior de pessoas. Ainda assim, grande parte da população

¹⁸ A Companhia de Melhoramentos da Lagoa, empresa responsável pelas obras de beneficiamento dos atuais bairros da Lagoa e Botafogo, já havia barrado a instalação de linha férrea para as indústrias locais antes do final do século XIX. Era seu desejo manter aquela área reservada somente para a população de alta renda (SANTOS, 1965, p. 49, *apud* ABREU, 1987, p. 57).

¹⁹ Outro episódio que serve de exemplo de remoção é o arrasamento do Morro do Castelo durante administração municipal de Carlos Sampaio, também sob prerrogativa sanitária, que expulsou muitas famílias que se beneficiavam de baixos aluguéis (KESSEL, 2008)

pobre sem moradia se instalou nos subúrbios. Já a outra parte, minoritária, se instalou em morros. Esta certamente é uma particularidade do Rio de Janeiro, que, por dispor ainda de solo urbano desocupado e desregulamentado, informal e, no entanto, próximo ao centro, pode escapar da conformação restrita sob o modelo de centro x periferia. Estes espaços ainda se mantinham sob essa condição ou por não serem tão rentáveis ao mercado imobiliário como outras localidades mais planas e de mais fácil acesso e construção, ou por se manterem como reserva de valor, aguardando beneficiamento futuro, por parte de seus proprietários. “É a partir daí que os morros situados no centro da cidade (Providência, São Carlos, Santo Antônio e outros), até então pouco habitados, passam a ser rapidamente ocupados” (*Ibid*, p. 66).

4. OS MORROS TRANSBORDAM: NOVAS CENTRALIDADES NA ZONA SUL E A INDÚSTRIA SUBURBANA

É interessante aqui ressaltar que haviam duas forças conflitantes e atuantes na cidade que nascem da mesma origem: a necessidade de crescimento do capital. De um lado, o capital industrial, que clama por investimentos em criação de infraestrutura – principalmente no subúrbio carioca, em se tratando de Rio de Janeiro –, por garantias de reprodução da força de trabalho, e por outra política monetária, que favorecesse a produção nacional e importação de bens de capital (ABREU, 1987, p. 72, 73).

Do outro lado, há o capital imobiliário, que absorve quase a totalidade de investimentos públicos que poderiam se direcionar à instalação de infraestrutura – este que, associado às antigas elites agrárias, não queria o sucesso do modelo de desenvolvimento industrial, uma vez que, para isso, perderiam poder econômico, político, e teriam de sacrificar ganhos com exportação em função da facilitação da política monetária na aquisição de bens de capital. A elite cafeeira, por estar alinhada com o Estado, dá continuidade a seu projeto de criação de representações simbólicas de identificação com o desenvolvimento e com a modernidade através do urbano, visando trazer posicionamento internacional de destaque ao país, mesmo que como exportador agrícola. Ao mesmo tempo, este grupo ainda extraía lucro da especulação sobre o solo urbano das áreas beneficiadas.

Essa contradição dicotomizava ainda mais o projeto nacional e, portanto, o encaminhamento para o espaço urbano, que a cada momento se aprofundava mais em sua crise habitacional, sanitária e de infraestrutura. Aqui, portanto, vale uma distinção entre os dois mecanismos que criaram favelas na cidade. O primeiro, mais antigo, deve-se a soma da ausência de habitação próxima aos locais de trabalho na área central e zona sul da cidade, com a ação direta de remoção de famílias de suas casas. A segunda origem, mais tardia, deve-se ao crescimento da

indústria da cidade e negligência do Estado em garantir ordenamento e infraestrutura suficiente nas novas áreas ocupadas.

Percebe-se também que o primeiro processo se acentua na zona sul no período de 1930-1950. Em função da crescente inflação, ocorre um movimento de busca por rápida aplicação de capital (*Ibid*, p. 112) – a empresa imobiliária intensifica suas atividades de construção buscando investimentos que mantivessem seu valor e ainda gerassem renda para os investidores. Copacabana e Ipanema, então, foram grandes focos desta atuação, com suas casas unifamiliares que não contavam 30 anos de existência sendo demolidas e substituídas por edificações multifamiliares de alguns pavimentos. Rapidamente o gabarito de altura dos bairros afetados foi alterado e Copacabana eclodiu em prédios de 8 a 12 pavimentos. Estes, para que fossem vendáveis e apresentassem volumosos e rápidos retornos, eram de apartamentos menores, de padrão mais baixo do que as residências que os antecederam. Antes acessível apenas para a classe mais alta, Copacabana se populariza, e no bairro entra a classe média.

Este processo dá origem, destacadamente, a dois movimentos. O primeiro movimento criado diz respeito à aristocracia que antes ocupava estes bairros. Frente à popularização do bairro, as classes mais altas deslocam-se para as fronteiras da cidade mais a oeste, buscando afastamento. É aqui que a ocupação do Leblon se intensifica e a dos morros no entorno se inicia – agora, justamente em favor da dificuldade e maior custo que afastavam a construção civil das encostas, a pequena população de mais alta renda decide enfrentar estes impedimentos para que seja possível o distanciamento das classes mais baixas, fugindo dos “bairros da planície e dos vales, onde a heterogeneidade social [era] quase sempre a norma” (*Ibid*, p. 129).

O segundo é que, tendo população do bairro aumentado drasticamente, aumentou também o número de comércios e serviços oferecidos. Copacabana torna-se um subcentro de grande importância para a zona sul. Isto posto, a demanda por força de trabalho tanto para o comércio e serviços que lá se instalaram quanto para o trabalho doméstico atraiu também uma população pobre que se instalou nas encostas próximas desocupadas. Neste momento, o mercado mais se importava com as áreas planas que ainda apresentavam grande potencial de lucro, e não com as encostas, que representavam grande custo pela dificuldade de construção e acesso.

Para as favelas suburbanas, aproximadamente no mesmo período, nota-se também um movimento expansivo. Ainda que em momento interno desfavorável, a Crise de 1929 e a Primeira Guerra Mundial abriram uma lacuna de competição no cenário produtivo mundial, impulsionando o capital industrial nacional. Seu efeito foi percebido como um baque para a exportação brasileira

de café, que, por sua vez, liberou grande contingente de força de trabalho para outras atividades – que, para não deixar de mencionar, foi em grande parte absorvido pela indústria. Instalando-se nos subúrbios, principalmente ao longo das linhas de trem, indústrias geralmente de grande porte atuaram como catalisadoras da ocupação destas localidades, atraindo imenso volume de força de trabalho. Mesmo ocorrendo migração do centro para a periferia, a população que se instalava nos subúrbios era majoritariamente vinda do interior do estado buscando emprego, o que nada aliviava a tensão da crise habitacional da cidade.

Os mesmos fatores que debilitaram o mercado externo, reduzindo drasticamente a absorção dos produtos nacionais, também trouxeram impacto nas importações brasileiras. Uma vez que era necessário alcançar alguma conciliação entre a dificuldade de importação de manufaturados e a demanda interna, a solução foi permitir o rápido e desregulado crescimento industrial. Em um primeiro momento, sem dar auxílio ou incentivo direto na forma de investimentos a esta atividade produtiva, o governo consentiu com a ocupação indiscriminada do subúrbio, mesmo em época de aumento de regulamentação urbana (*Ibid*, p. 103).

Neste aspecto, se antes o subúrbio já se apresentava como espaço com considerável grau de desordem, manifesto pela falta de investimento, agora essa marca se torna ainda mais profunda. Este é o processo que, iniciado com a expansão fabril no começo do século XX, descentraliza o fenômeno das favelas – fenômeno urbano este antes característico primeiro do centro, posteriormente também da zona sul, agora se vê transposto para os subúrbios²⁰, porém agora dissociadas de encostas – pois nestas novas áreas havia espaço suficiente para assentamento de todo o contingente de força de trabalho, o que não havia era regulamentação e investimento estatal.

Pouco depois, devido à importância econômica da indústria para a renda da cidade, os subúrbios passam a receber investimento em infraestrutura. A partir de 1936, áreas da Baixada Fluminense são saneadas, seguindo-se sucessivas melhorias de infraestrutura vão sendo realizadas em espaços ocupados pela indústria. A construção de vias expressas para garantir melhor circulação e possibilitar avanço da produção para o interior foi um dos principais eixos de atuação. É neste contexto que a Rio-Petrópolis, é inaugurada, em 1928, assim como a Avenida Brasil, em 1946, e a Rodovia Presidente Dutra, em 1951. Inclusive, neste período, favelas já representam um problema para instalação de novas indústrias, com entornos da Av. Brasil tomados por favelas (principalmente entre Olaria e Lucas) (*Ibid*, p. 103).

²⁰ A instituição de tarifa única ferroviária também é demarcada como fator importante para impulsionamento de ocupação de subúrbios e áreas mais afastadas do centro (ABREU, 1987, p. 107)

A partir de 1950, já com Juscelino Kubistchek, os carros passam a ser protagonistas urbanos não apenas enquanto modo de transporte preferencial da elite, mas visado como principal produto da indústria nacional. Assim, o que se chama de “febre viária” se instaura como tendência na administração pública. As práticas de cirurgia urbana, timidamente já retomadas na década de 1930 e 1940, ganham força e avenidas e túneis são construídos para melhorar, principalmente no centro e zona sul, a circulação e a integração à malha urbana. Neste período, há mais trabalhadores deslocados sem moradia, mais migração para o subúrbio, mais ocupação de encostas. Afinal, estas modificações urbanas nada mais eram do que adaptação do espaço às classes de maior poder aquisitivo (*Ibid*, p. 133).

5. POPULISMO – HIATO NA REPRESSÃO DE 1930 A 1964

Ainda antes do final do período da Velha República, com a acentuação da dicotomia do espaço e de suas contradições, mais uma vez nasce iniciativa de estudo propositivo para solução das questões da cidade – agora, na administração de Antônio Prado Júnior que o encomenda para um grupo coordenado pelo francês Alfred Agache²¹. É neste momento de contradições, para Maurício de Abreu (1987), que aquilo que antes se apresentava como tendência apenas se consolida como modelo de ocupação do Rio de Janeiro vigente até hoje:

um núcleo bem servido de infraestrutura, onde a ação pública se fazia presente com grande intensidade e onde residiam as classes mais favorecidas e uma periferia carente dessa mesma infra-estrutura, que servia de local de moradia às populações mais pobres, e onde a ação do Estado era praticamente nula. Esta carência caracterizava, inclusive, o próprio transporte ferroviário, essencial para a própria reprodução da força de trabalho: [...] “Esses bairros acham-se atualmente em comunicação rápida, mas insuficiente, pelas vias férreas, com as oficinas do porto e das indústrias que dele dependem” (ABREU, 1987, p. 82)

Por acirramento de conflitos de ordem política, econômica e ideológica entre os setores agrário e industrial do capital, principalmente, a continuidade da Velha República torna-se insustentável. A mudança na política com a instauração do governo de Vargas, no entanto, não trouxe a esperada estabilidade. Muitas eram as classes sociais envolvidas²² e muitos eram os interesses e demandas para este novo período. Assim, múltiplos e inevitáveis eram os impasses para satisfação de todos. De tal forma, o que ocorreu foi uma alternância de períodos de favorecimento de determinados grupos em nome da manutenção do poder²³.

²¹ Encomendado por iniciativa de engenheiros, comerciantes e industriais membros do Rotary Club do Rio de Janeiro – por mais relevante e representativo do momento, não se materializou devido a alteração no cenário político do país (ABREU, 1987, p. 90).

²² “grupos tão diferentes como a burguesia industrial e financeira, o proletariado, a pequena classe média, as forças armadas e até mesmo a burguesia agrária não cafeicultora.” (ABREU, 1987, p. 94)

²³ A exemplo, observa-se um dos marcos políticos do período: enquanto o governo sancionava regulações trabalhistas, instituíva férias remuneradas e outras garantias, também cerceava a atuação sindical.

A participação política das classes mais baixas, limitava-se, no entanto, ao mínimo – a legitimação popular, dentro deste contexto, estava associada à concessão de favores distributivistas e paternalistas. Devido à natureza pontual, e certamente não estrutural ou de grande abrangência, destas atuações, sua função era antes de tudo simbólica, pois estavam longe de ter algum efeito concreto sobre a realidade social. Ainda assim, não era prudente neste sentido que ocorressem embates e remoções da população favelada e pobre. No subúrbio, vários conjuntos habitacionais foram construídos com financiamentos “pelas Caixas Econômicas e Institutos de Previdência, cujas unidades eram, entretanto, distribuídas segundo ‘**critérios clientelistas, particularistas e demagógicos**’” (*Ibid*, p. 116, *grifo nosso*). De certa forma, este processo garantiu também a essa população maior atuação política e certo poder de negociação.

Na zona sul e no centro, poucas eram as interferências sobre as favelas, que até de certa forma se beneficiaram de certas melhorias de infraestrutura, transporte e serviços nestas áreas da cidade. Vargas “vai deixar a favela relativamente em paz” (ABREU, 1994, p. 43) – o prefeito Pedro Ernesto²⁴ mediava disputas com proprietários de terras, implantava equipamentos públicos e apadrinhava favelados – o que demonstra claramente o caráter clientelista da atuação política do momento (CONNIFF, 1981, p. 107, 163). “O crescimento das favelas torna-se vertiginoso após os anos 30. Novas favelas surgem acompanhando as principais fontes emergentes de emprego: industrial na zona norte e de serviços na zona sul” (VAZ, 1994, p. 591).

Antes entendida como problema a ser removido, a favela passa a ser vista como um problema a ser administrado. E, para administrar, claro, é necessário conhecer. Daí a favela torna-se objeto de interesse de estudos do governo – após esforços pioneiros, os primeiros dados oficiais sobre favelas do Distrito Federal são produzidos em recenseamento efetuado em 1948. Este novo momento permeado por esferas do conhecimento antes não alcançadas, ou melhor, segundo Valladares, ignoradas pelo poder público abre portas para um conjunto de outras representações sobre a favela, principalmente na academia (VALLADARES, 2005, p. 55, 63).

Além disso, políticas públicas ganham novas dimensões. Do recenseamento surge reconhecimento formal de que não é a pobreza a origem da favela, mas as condições de acesso à moradia que impulsionam a precária ocupação dos morros. Outra significativa alteração de percepção vem do entendimento de que, apesar de semelhanças das vivendas pobres dos países tropicais – sejam elas urbanas ou rurais – a população que nelas habitava exercia atividades

²⁴ Selecionado pelo presidente para a administrar capital, recebeu seu apelido de “médico dos pobres”, da mesma forma que Vargas recebeu alcunha de “pai dos pobres”.

diferentes²⁵. A favela e o favelado não eram isolados da cidade, mas pelo contrário, eram integrados em seus vínculos, atividades e história. No documento, considerando a origem percebida da favela como acentuação de crise habitacional pós-demolições de cortiços, Alberto Guimarães²⁶, afirma: “cortiços são uma herança da senzala”. Por isso, o autor também nega as remoções como solução da “alternativa imposta”, apesar de reconhecer como problemática a opção de urbanização de favelas (GUIMARÃES, 1953, p. 257, 260-262). Assim ocorre transição também das políticas de remoção que visavam acabar com a “lepra estética” – termo utilizado por Agache para descrever favelas – para parques proletários:

Mas essas iniciativas não foram simples operações de realojamento provisório. Não se tratava apenas de retirar as famílias dos espaços insalubres das favelas, fornecendo novas moradias de acordo com as regras sanitárias. O objetivo era também dar assistência e educar os habitantes para que eles próprios modificassem as suas práticas, adequando-se a um novo modo de vida capaz de garantir sua saúde física e moral. As moradias dos parques proletários eram concebidas como as moradias provisórias, um habitat de transição, para assegurar a integração posterior dos habitantes à vida urbana. (VALLADARES, 2005, p. 62)

De forma consecutiva ao período populista, com o início da fase democrática de 1945 em diante, as dinâmicas e relações neste sentido não se alteram significativamente, pois, agora, o apoio popular, que antes era legitimação simbólica, torna-se fator necessário para manutenção do poder, enquanto votos a serem conquistados. A posterior entrada de Juscelino Kubistchek trouxe as alterações na política cambial que favoreciam importação de bens capital, junto com a redução de custo de vida para classes média e baixa. Esta modificação causou uma queda na economia cafeeira “criando um déficit permanente nas trocas cambiais do país. A necessidade de emissão constante de papel-moeda levou então a uma aceleração rápida do processo inflacionário, que reduziu em muito o salário real do trabalhador” (ABREU, 1987, p. 115).

Tanto o processo inflacionário, quanto a crescente concentração de renda, gerou, tal como já havia se percebido antes, uma onda de valorização do solo urbano, pois este representava investimento material, concreto, que não veria seu valor perdido como ocorria com valores monetários. Muitos proprietários de terrenos na periferia se utilizaram de estratégia que já se tornara comum: ao invés de construir, aguardavam e os mantinham como reserva de valor.

O aumento do valor do solo, a distância cada vez maior que separava os locais de emprego dos novos loteamentos, o congelamento dos aluguéis (que diminuíram em muito a oferta de novas habitações), tudo isso resultou numa crise habitacional generalizada, que afetou

²⁵ Nota-se, por exemplo, que Guimarães faz comparação com constituição dos “mocambos de palha” de aldeias do nordeste e habitações de favelas (GUIMARÃES, 1953, p. 259). É interessante ressaltar que “mocambo” é o nome dado às moradias de ocupações semelhantes a favelas na capital de Pernambuco, a cidade de Recife, o que indica que a percepção destas irregularidades do urbano como recortes rurais era comum à época e não restrita somente ao Rio de Janeiro.

²⁶ Diretor da Divisão Técnica do Serviço Nacional de Recenseamento do IBGE na época.

principalmente a população pobre. Consequentemente, multiplicou-se a população favelada e proliferaram novamente as casas de cômodo (*Ibid*, p. 116)

Desenha-se então, através do reflexo do momento econômico no espaço urbano, outro período de acentuação da crise habitacional. A herança de estratificação social materializada no espaço da cidade, não tendo sido sanada pelas simbólicas e pontuais intervenções do governo populista, e ainda agravada pela inflação e aumento de custo de vida, cria um paradigma de fortalecimento de demandas populares. O discurso político passa então a ser direcionado pela demanda de políticas redistributivistas, como a “reforma urbana” (*Ibid*, p. 116):

[...] uma interferência substancial do governo nos mecanismos do mercado imobiliário urbano, através de leis severas e do recurso à desapropriação, e não mais, apenas, o simples financiamento, construção e distribuição de unidades residenciais, (que) parecia, então, constituir o pré-requisito para um programa habitacional efetivo (CINTRA e HADDAD, 1978, p. 189 *apud* ABREU, 1987, p. 116-117)

A Ditadura Militar que se instaura no Brasil de 1964 a 1985 vem como resposta das elites à crescente mobilização popular – não por negar a crise que havia se instalado no país, mas por abominação às propostas de solução. Neste cenário, as melhorias que se anunciavam no horizonte através da oportunidade criada pelo diálogo e atuação política são brutalmente interrompidas. Aqui, profundamente se alteram as perspectivas políticas nacionais e, consequentemente, as dinâmicas urbanas – principalmente relacionadas às favelas, uma vez que os interesses imobiliários impõe “mudança radical no comportamento do governo, que patrocinará então uma campanha maciça de erradicação de diversas favelas (ABREU, 1994, p. 43).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Sobre a demolição do Cabeça de Porco, Chalhoub (1996, p. 19) comenta: “o que mais impressiona [...] é sua *torturante contemporaneidade*. Intervenções violentas das autoridades constituídas no cotidiano dos habitantes da cidade, sob todas as alegações possíveis e imagináveis, são hoje um lugar-comum nos centros urbanos brasileiros”.

Quando o cortiço subiu o morro, a eugenia do discurso direcionado aos pobres e negros subiu também – que, é preciso dizer, não era nova, mas herdada da escravidão. Hoje, pesquisar favelas e as intervenções do Estado sobre esses espaços é, indispensavelmente, olhar para a bagagem histórica das diferentes tentativas de legitimar a exploração da classe trabalhadora e extração da renda na cidade.

É nítido que a origem da favela esteja na falta de moradias acessíveis a população trabalhadora, pobre e majoritariamente negra. No entanto, fica claro que esta escassez de habitação popular não se limita a si própria, pois tem causas bem específicas. A ação do Estado direcionada à remoção de famílias habitantes de cortiços no centro da cidade e a ausência de políticas públicas

de habitação popular são as causas primeiras das ocupações das encostas nas áreas de mais antigas da cidade (zona sul, centro, e zona norte mais próxima ao centro).

Já para as favelas mais distantes das áreas centrais, de ocupação mais recente, foi a negação do Estado em ordenar a expansão urbana e em distribuir os investimentos para criar infraestrutura e instalar equipamentos públicos. A favela nasce como solução imposta por falta de alternativas. E é justamente por isto que não deve ser aceita como solução definitiva. Vida precarizada não pode ser solução.

As favelas, que quase completam 150 anos de existência, não tem o que comemorar senão sua resistência frente às violências do Estado. As remoções, a violência, a força que o capital exerce sobre os processos de produção do espaço urbano, e os discursos proferidos pela mídia e pela classe política, hoje, de formas um pouco diferentes às analisadas, ainda se fazem muito presentes. Logo, atual também deve ser nosso esforço crítico para construção de outro paradigma. Para isso precisamos sempre nos lembrar não somente das diferentes origens, mas também dos diferentes produtos que estes e outros fatores podem ter gerado – desigualdade em políticas públicas, diferentes localizações e graus de acesso à infraestrutura urbana, diversidade de atividades exercidas nelas e em suas redondezas, e de grupos sociais que se aglomeraram nestes espaços no decorrer do tempo, etc.

Olhares homogeneizantes trazem o perigo de análises rasas – é preciso cuidado para não cair na comodidade de propostas simplórias e infrutíferas. Se nos propomos a investigar favelas a fim de apresentar soluções alternativas, é primordial entendê-las por sua natureza heterogênea, para além do que as aparências nos dizem. O “mito de origem da favela”, forma que Valladares chama a associação da ocupação do Morro da Providência com Canudos, despolitiza a questão da crise habitacional. Isto também impressiona por sua *torturante contemporaneidade*.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABREU, M. D. A. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. 3ª. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1987.

_____. Reconstruindo uma história esquecida: origem e expansão inicial das favelas cariocas. **Espaço e debates**, São Paulo, v. 14, n. 37, 1994.

_____.; VAZ, L. F. Sobre a origem das favelas. **IV Encontro Nacional da ANPUR**, Salvador, 1991.

AGACHE, A. D. **Cidade do Rio de Janeiro: remodelação, extensão e embelezamento**. Paris: Foyer Brésilien, 1930.

BENCHIMOL, J. L. **Pereira Passos: um Haussmann tropical: A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX**. Rio de Janeiro: Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro/Secretaria Municipal de Cultura, 1953.

CHALHOUB, S. **Cidade febril: cortiços e epidemias na corte imperial**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.



CONNIFF, M. **Urban politics in Brazil: the rise of populism, 19225-1945**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 1981.

GUIMARÃES, A. P. As favelas do Distrito Federal. **Revista Brasileira de Estatística**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 5, p. 250-278, 1953.

KESSEL, C. **Tesouros do Morro do Castelo: mistério e história nos subterrâneos do Rio**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2008.

LOBO, E. M. L. **História do Rio de Janeiro (do capital comercial ao capital industrial e financeiro)**. Rio de Janeiro: IBMEC, v. 1, 1978.

RIBEIRO, L. C. D. Q. **Dos cortiços aos condomínios fechados: as formas de produção da moradia na cidade do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Record, 1996.

SANTOS, F. A. N. **Meios de transporte no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Comercio, v. 1, 1934.

VALLADARES, L. D. P. **A invenção da favela: do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: FGV, 2005.

VAZ, L. F. **Contribuição ao estudo da produção e transformação do espaço da habitação popular. As habitações coletivas do Rio Antigo**. tese M. Sc.: PUR/UFRJ, 1985.

_____. Dos cortiços às favelas e aos edifícios de apartamentos – a modernização da moradia no Rio de Janeiro. **Análise Social**, v. 127, n. 3^a, p. 581-597, 1994.